

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 2A.RF/PA

Estudo Técnico Preliminar 5/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-720.863/2026-07

2. Descrição da necessidade

2.1. Em atendimento ao item 5.3 da Norma ABNT 6118/2023 - Projeto de estruturas de concreto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na elaboração de Avaliação Técnica Projeto (ATP), a fim de obter a avaliação de conformidade dos projetos de estruturas de concreto armado, protendido, fundações e estruturas metálicas da construção do edifício sede da Receita Federal do Brasil em Belém, no estado do Pará.

2.2. O serviço em questão é a Avaliação de Conformidade de Projeto Estrutural — frequentemente referida como Auditoria, Verificação ou Controle de Qualidade de Projeto (CQP) —, cujo objetivo essencial é garantir a segurança estrutural e a qualidade técnica do empreendimento. Esta garantia é alcançada pela detecção rigorosa e imparcial de inconformidades como falhas de cálculo, erros conceituais ou inconsistências com as normas técnicas vigentes, como a ABNT NBR 6118. Ao identificar e mitigar esses riscos ainda na fase de desenvolvimento, esta atividade não só confere tranquilidade ao contratante e à contratada, mas, fundamentalmente, reduz ou elimina o risco de colapsos e acidentes fatais.

2.3. A Recomendação ABECE 002:2015 estabelece os procedimentos básicos exigíveis para a Avaliação Técnica de Projetos de Estruturas de Concreto (simples, armado e protendido), com o objetivo de garantir que os requisitos de qualidade, segurança, desempenho em serviço e durabilidade, conforme a ABNT NBR 6118:2023, sejam atendidos. A avaliação é altamente recomendada que ocorra antes da construção, preferencialmente em paralelo com a fase de projeto, mas também pode ocorrer após a conclusão do projeto, após o início ou conclusão da construção, e até mesmo após a ocorrência de manifestações patológicas. O Avaliador Técnico deve ser um profissional habilitado, independente do projetista original e com experiência comprovada, sendo sua escolha de responsabilidade do Contratante. O escopo da avaliação não inclui a economia da estrutura e foca na verificação da análise estrutural (modelagem, carregamentos), verificações no Estado Limite de Serviço (ELS) e Estado Limite Último (ELU), e a avaliação da representação técnica (desenhos e especificações).

2.4. Por fim, a contratação da Avaliação Técnica do Projeto de Estruturas de Concreto armado, protendido, fundações e estruturas metálicas da construção do edifício sede da Receita Federal do Brasil em Belém, no estado do Pará é crucial por ser uma medida proativa de gestão de risco e qualidade, visando garantir que o projeto atenda a todos os requisitos de segurança, economia e durabilidade, conforme as exigências da ABNT NBR 6118:2023, seção 5. Este serviço, realizado por um profissional habilitado e independente do projetista original, é fundamental para verificar a capacidade resistente, o desempenho em serviço e a durabilidade da estrutura, e é altamente recomendado que ocorra antes da fase de construção, idealmente em paralelo com o desenvolvimento do projeto. A intervenção antecipada de um Avaliador Técnico atua como uma salvaguarda, minimizando a probabilidade de erros, conflitos técnicos e a necessidade de correções dispendiosas durante ou após a execução da obra, o que assegura ao Contratante a conformidade técnica e a qualidade final de sua edificação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAENG/DIPO/SRRF02	JOSIEL JARONY TAVARES DO NASCIMENTO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 São os seguintes requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.1.1 A SRRF02 pretende contratar uma empresa especializada para a elaboração da Avaliação Técnica de Projeto (ATP), a fim de obter a avaliação de conformidade dos projetos básicos e executivos em BIM de estruturas de concreto armado, protendido, fundações e estruturas metálicas da construção do edifício sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA.

4.1.2 Os serviços serão executados pelo valor estabelecido na proposta de preços da licitante vencedora, sob o regime de empreitada de preço global, que incluirá todas as despesas necessárias para sua perfeita conclusão.

4.1.3 A contratação será por meio da modalidade **CONCORRÊNCIA**, por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.

4.1.4 O critério de julgamento será por **MENOR PREÇO**;

4.1.5 A empresa vencedora, **deverá ter registro junto ao CREA e/ou CAU ao CRT**;

4.1.6 serão exigidas comprovações de **capacidade técnico operacional** quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto: [Execução de serviços de Avaliação e/ou Análise Técnica de Projetos de estruturas ou Elaboração de projetos de estruturas de concreto armado e protendido](#).

4.1.6.1 serão exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

4.1.6.1.1 serviço de avaliação e/ou análise técnica de projetos de estruturas ou elaboração de projetos de estruturas de concreto armado e protendido - 20% de 9.000 m² (total previsto em projeto) que equivale a 1.800 m²;

4.1.6.1.1.1 Não serão aceitas para fins de comprovação, Avaliação e/ou Análise Técnica de Projetos de estruturas metálicas exclusivamente ou Elaboração de projetos de estruturas metálicas de forma exclusiva, devendo comprovar a atuação em estruturas de concreto armado e protendido simultaneamente.

4.1.7 Serão exigidas **comprovações técnicas profissionais** quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executados pelos profissionais abaixo elencadas:

4.1.7.1 Para o cargo de Engenheiro Civil ou Arquiteto, será exigido [comprovação de serviços de Avaliação e/ou Análise Técnica de Projetos de Estruturas ou Elaboração de projetos de estruturas de concreto armado e protendido](#).

4.1.7.1. Será, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

4.1.7.1.1 Engenheiro civil ou arquiteto: quantitativos mínimos equivalentes aos serviços de avaliação e/ou análise técnica de projetos de estruturas ou elaboração de projetos de estruturas de concreto armado e protendido - 1.800,00 m²;

4.1.7.2. Conforme a ABECE 002:2015, o Avaliador Técnico deve ser profissional legalmente habilitado, independente do projetista original e com experiência comprovada em projetos estruturais de complexidade compatível, sendo sua escolha de responsabilidade do Contratante. O escopo da ATP não contempla a análise de economicidade da estrutura, concentrando-se na verificação da concepção estrutural, da modelagem e análise estrutural, das ações e combinações adotadas, das verificações nos Estados Limites Últimos (ELU) e de Serviço (ELS), bem como da representação técnica dos projetos, incluindo desenhos, memoriais e especificações.

4.1.8 A empresa contratada deverá dispor de instalações, aparelhamento e pessoal técnico suficientes e

necessários para o pleno desempenho satisfatório e com atendimento ao nível de qualidade almejado pela contratante. Destacando que as instalações e aparelhamento deverão atender aos requisitos mínimos para que a produtividade da equipe atenda o cronograma do contrato e a equipe técnica possua expertise para a execução das atividades de modo a evitar retrabalhos, sendo exigido no mínimo a presença de equipe técnica conforme previsto e descrito nesta especificações técnicas, para atuarem em suas respectivas atribuições para compor a equipe multidisciplinar, se necessário, bem como pessoal técnico de apoio, se necessário, materiais e equipamentos necessários, adequados e em atendimento a todas as legislações e normativos vigentes, assim como as boas práticas de engenharia.

4.1.9 A contratada deverá dispor de equipamentos e softwares compatíveis em nível de qualidade do exigido para a realização dos serviços e que suportem todos os arquivos BIM utilizados pela empresa projetista e pela fiscalização técnica da RFB e necessários ao pleno atendimento do objeto.

4.1.10 A contratada poderá compor equipe técnica para melhor atender a todo o escopo do contrato, podendo possuir o responsável técnico pela Avaliação Técnica do Projeto – ATP, com experiência comprovada através da qualificação técnica do edital e seus anexos e com profissional qualificado no uso da metodologia BIM, com comprovação prévia através de Certidão de Acervo Técnico, Atestados de Capacidade Técnica ou outro documento comprobatório a ser apresentado antes do início das atividades e aprovado pela Fiscalização Técnica da RFB.

4.1.11 A contratada deverá se comprometer em entregar e ceder todos os produtos gerados nas análises vinculadas às atividades do objeto, incluindo elementos tridimensionais, projetos e modelos tridimensionais parametrizados, etc, e o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública em atendimento ao artigo 93 da Lei nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Primeiramente, foi observado que os serviços não constavam no rol da tabela do SINAPI.

5.2 Posteriormente, não foi identificado nenhum dado de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, atualizados e compreendidos no intervalo de até 06 (seis) meses de antecedência da data prevista para a divulgação do instrumento convocatório, que pudesse ser utilizado para subsidiar os custos de referência da Administração para o objeto a ser licitado, neste estudo

5.3 Diante da negativa de obtenção de preços de mercado conforme demonstrado acima, buscou-se a realização de pesquisa de preços de mercado diretamente com os fornecedores, mais precisamente, com as empresas do ramo de arquitetura e engenharia que elaboram avaliação técnicas projetos básicos e executivos em BIM, a nível municipal, estadual e federal, visando subsidiar apenas os custos de serviços não contemplados no SINAPI e em contratações de objetos similares.

5.4 Foi realizada pesquisa direta aos fornecedores locais, em atendimento ao disposto no Decreto nº 7.983/2013, em virtude de se tratar de serviços com precificações não contidas no SINAPI e nenhuma fonte de pesquisa, além de se tratar de análise de projetos específicos com grau de complexidade elevado e condições bem peculiares, não foi possível utilizar contratações similares anteriores e em banco de pesquisas de preços do Governo Federal.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução para esse objeto, é a contratação de pessoa jurídica especializada para a elaboração da Avaliação Técnica de Projeto (ATP) , a fim de obter a avaliação de conformidade dos projetos básicos e executivos em BIM de estrutura de concreto armado, protendido, fundações e estruturas metálicas da construção do edifício sede da Receita Federal do Brasil em Belém, no estado do Pará, situado na Av. Julio César, s/nº, esquina da Av. Brigadeiro Protásio, Bairro: Souza Cidade: Belém/PA. CEP: 66.617-420.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa do quantitativo de serviços, equipamentos e materiais requeridos para a execução dos trabalhos, conforme apresentado na planilha de custos, foi determinada a partir da avaliação das necessidades, da elaboração dos projetos e da definição das especificações técnicas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 92.218,14

8.1 O custo estimado para essa contratação é de **R\$ 92.218,14 (noventa e dois mil, duzentos e dezoito reais e quatorze centavos).**

8.2 Conforme o documento "Pesquisa de Preço" elaborado pela SAENG/SRRF/02, para a obtenção desse Preço Global, e orientação do PARECER PGFN SEI Nº 1101/2026/MF, buscou-se atender todos os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 7.983/2013 e na IN nº 65/2020, inclusive atendendo o ordenamento de prioridades de obtenção de custos e preços de modo a garantir segurança jurídica ao processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A execução dos serviços de engenharia em questão, serão licitados como um único item. Isso ocorre porque o fracionamento não é viável tecnicamente, uma vez que poderia gerar conflitos de interesses entre diferentes empresas executoras, prejudicando a solução global. O fracionamento demandaria a sincronia das contratações e execuções simultâneas, o que é praticamente inviável em serviços de engenharia, para realizar todos os ajustes necessários no prazo e com custos que atendam de forma adequada aos interesses da Administração.

9.1.1. Para garantir a sincronia necessária, seria essencial que não ocorressem adversidades durante o curso do processo, o que, na realidade, é altamente improvável, caso a licitação fosse parcelada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Nesse caso específico, não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes. Em outras palavras, o serviço em questão será contratado de forma autônoma e independentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A execução desse serviço faz parte do Planejamento Estratégico da Superintendência Regional da Receita Federal na 2ª Região. Esta demanda específica foi incluída no Plano de Contratações Anuais da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal, conforme especificações abaixo:

- I. ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000017/2025;
- II. Data de publicação no PNCP: 30/04/2024
- III. Id do item no PCA: 49
- IV. Classe/Grupo: 833 – Serviços de Engenharia;
- V. Identificador da Futura Contratação: 170217 – 25/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação de empresa especializada para a Avaliação Técnica de Projeto (ATP) proporciona maior confiabilidade e conformidade dos projetos estruturais em BIM, mitigando riscos técnicos, jurídicos e financeiros. A medida contribui para a melhoria da qualidade do projeto executivo, para a redução de aditivos contratuais e retrabalhos, para o fortalecimento do planejamento e da governança da contratação, bem como para a observância dos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, resguardando o interesse público em empreendimento de grande relevância institucional.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 No que diz respeito ao objeto em questão, não será necessária a adaptação do ambiente físico e social da Administração para a execução dos serviços contratados. No entanto, é importante considerar as seguintes observações:

13.1.1. Os serviços serão principalmente realizados durante o horário comercial, embora, a critério do fiscal do contrato, possam ocorrer em horários noturnos, fins de semana ou feriados, quando estritamente necessário para garantir o progresso adequado do serviço.

13.2. Deve-se avaliar a necessidade de capacitação dos servidores que atuarão na fase de fiscalização e recebimento do objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A contratação da Avaliação Técnica de Projeto (ATP) apresenta impactos ambientais predominantemente positivos e de baixa magnitude, contribuindo para a redução do consumo de recursos naturais, de resíduos da construção civil e de retrabalhos, além de favorecer a sustentabilidade ao longo do ciclo de vida do empreendimento. Os impactos negativos são indiretos e mitigáveis por meio de práticas administrativas sustentáveis, alinhadas ao Plano Diretor de Logística Sustentável da instituição.

15. Informações complementares

15.1 A Equipe de Planejamento, designada pela Portaria SRRF02 n.º 1291, de 09/02/2026, e publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 29 de 11/02/2026, elaborou este documento com o propósito de avaliar a viabilidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação dos serviços de Engenharia para a elaboração da Avaliação Técnica de Projeto (ATP). afim de obter as conformidades dos projetos básicos e executivos em BIM da construção do edifício sede da Receita Federal do Brasil em Belém, no Estado do Pará.

15.2 Além disso, este estudo aborda informações técnicas e preliminares essenciais para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

15.3 As diretrizes para a Licitação, na modalidade Concorrência, e o processo de contratação serão seguidas conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, IN SLTI/MPOG nº 01/2010, IN SEGES/MPDG nº 5/2017, IN SEGES nº 58 /2022, além de outras normas aplicáveis ao caso. As alterações pertinentes foram devidamente incorporadas.

15.4 Não há necessidade de classificar estes Estudos Técnicos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

15.5. Justificativa para **Vedação de Consórcio**:

15.5.1 É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 – Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

15.5.2 O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência e aplica-se às licitações para contratação de obras de grande vulto ou de alta complexidade, que conforme disposto no inciso XXII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, são aquelas cujos valores estimados superam R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e que foram atualizados para R\$ 239.624.058,14 (duzentos e trinta e nove milhões seiscentos e vinte e quatro mil cinquenta e oito reais e quatorze centavos), através do Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

15.5.3 No que respeita ao objeto do presente documento, obra sem grande vulto e sem alta complexidade, não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase de habilitação.

15.5.4 Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para este caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade, moralidade e razoabilidade.

15.6 Justificativa para a adoção do **Regime de execução por Preço Global**:

15.6.1 A escolha do regime de execução por preço global, justifica-se pela natureza do serviço, que tem responsabilidades previamente definidas, e cujo escopo pode ser claramente estabelecido em termos de período e condições de execução.

15.6.2 Neste regime, o valor total do contrato é acordado previamente, o que facilita o planejamento orçamentário e a previsibilidade de custos.

15.6.3 A utilização do preço global também simplifica a administração do contrato, evitando ajustes frequentes de preço e proporcionando maior eficiência na execução, com a contratada sendo responsável por cumprir as condições acordadas, sem a necessidade de mensuração constante das quantidades de serviço prestado.

15.7 Justificativa para a **vedação de participação de cooperativas** nesta licitação:

15.7.1 Em observância à Súmula 281 do TCU, atesta-se, sob a óptica técnica de engenharia, que a natureza do serviço do objeto em análise, da forma como é usualmente executado no mercado da construção civil em geral, requer subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

15.7.2 Ademais, a gestão operacional do serviço NÃO é passível de ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados. Ao contrário, deve ser feita de forma centralizada e coordenada, inclusive com a subcontratação de serviços que são, na praxe da construção civil, terceirizados a profissionais e empresas especializados.

15.7.3 Dessa feita, sob a óptica técnica de engenharia, o parecer é pela VEDAÇÃO à participação de COOPERATIVAS.

15.8 Justificativa para o critério de julgamento pelo **menor preço do item**:

15.8.1 É indicado para assegurar que a seleção da proposta seja feita com base na oferta mais vantajosa economicamente, sem comprometer a qualidade técnica necessária. Este critério é especialmente apropriado para contratações públicas em que as especificações dos serviços podem ser claramente determinadas e quantificadas, garantindo a escolha objetiva e alinhada aos princípios de economicidade da administração pública.

15.9 **Não será concedida exclusividade a ME (Microempresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte)**, devido o seu valor Global ultrapassar o Limite definido pela LC nº 123/2006 e também, no serviço em questão, justifica-se, baseada no princípio da ampla concorrência e da busca pela melhor proposta em termos de qualidade e custo-benefício. Restringir a contratação exclusivamente a essas empresas pode limitar a diversidade de fornecedores e a possibilidade de contratar profissionais ou empresas com expertise mais específica, além de não garantir, necessariamente, a melhor relação custo qualidade. Dessa forma, a contratação deve seguir critérios transparentes, permitindo a participação de diversas empresas e profissionais no processo, sem discriminação, e priorizando a eficiência e o atendimento às necessidades do serviço.

15.10 Justificativa por caracterização de o objeto ser considerado **Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual:**

15.10.1 Trata-se de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (avaliações em geral), enquadrando-se no art. 6º, inciso XVIII, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021. O serviço envolve o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, exigindo a participação de profissional habilitado (arquiteto ou engenheiro).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto neste documento, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria SRRF02 nº 1291, de 09 de fevereiro de 2026, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 224, de 25 de novembro de 2025, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GLEIME ESPINDOLA MENDES

Planejamento



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 14:37:25.

PEDRO PAULO FREITAS DA SILVA

planejamento

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

GLEIME ESPINDOLA MENDES em 05/05/2026

PEDRO PAULO FREITAS DA SILVA em 05/05/2026.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

AP0D.2EE8.EF7XD.ZJBZ

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

fTxOFaZ3HEjC3G7yRZTJ5w8+E05lhv8Rg59Y6zTcLQ4=